

NEGAÇÃO IMPLÍCITA E FORÇA ILOCUCIONÁRIA NO DISCURSO POLÍTICO. Fernando Luís de Moraes, Marize Mattos Dall’Aglio Hattner. – Inter-áreas – Lingüística – Licenciatura em Letras - Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Campus de São José do Rio Preto.

A negação, conforme Neves (2000), é uma operação que atua tanto no nível sintático-semântico, no interior do enunciado, como no nível pragmático. Conceber a negação como atuante nesses níveis permite afirmar que ela constitui um processo que atua não apenas na formação de sentido, mas também no controle da interação, como expressão da intencionalidade.

Resultante do emprego de certos verbos com valores negativos e de contextos específicos, a negação implícita, cuja manifestação não se dá por meio de operadores e não tem uma forma de expressão fixa, ocorre em frases com estrutura afirmativa, o que lhes confere força ilocucionária diferente daquela implicada pelas frases explicitamente negativas.

Considerando o caráter eminentemente persuasivo do discurso político, este trabalho analisa a funcionalidade da negação implícita como instrumento determinante do grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores. Para o exame em questão, são utilizados 18 discursos proferidos por senadores e deputados exclusivamente nas reuniões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicados nas páginas eletrônicas pessoais e/ou partidárias desses políticos. Procuramos trabalhar, sempre que possível, com uma mesma temática desenvolvida por políticos tanto de oposição (DO 1 a 9) como de base aliada (DA 1 a 9), ou ainda por políticos com posições divergentes, independentemente de filiação partidária.

Em pesquisa de iniciação científica anterior, Pezatti (2004) propôs uma classificação da negação implícita, considerando as maneiras distintas de se negar o conteúdo posto ou pressuposto. Segundo esse autor, a negação implícita pode ser expressa por meio de desencadeadores que indicam um conteúdo pressuposto sendo negado; desencadeadores que negam por meio de uma relação de oposição ou por meio de uma avaliação quantitativa; certos marcadores discursivos; e até mesmo por meio de alguns usos do futuro do pretérito. Em Moraes (2006), retomei essa classificação, expandindo-a. Propus, para tanto, o acréscimo de quatro estratégias de implicação da negação, a saber: negação por meio do tempo e do modo verbal; negação por meio de verbos que indicam mudança de estado; negação por meio de modalidades; e, por fim, negação por meio de advérbios quantificadores.

A análise dessas estratégias nos discursos da situação e da oposição revelou alguns dados interessantes. O uso da negação implícita como estratégia de descomprometimento e de polidez mostrou-se mais freqüente na base aliada, pois os enunciadores da situação têm de manter a boa imagem do governo. É o que acontece, por exemplo, no discurso do Senador Pedro Simom (PMDB-RS), a respeito da atuação do PT frente à crise que se instalava após as primeiras denúncias de corrupção:

- (1) Vejo, do fundo do coração - disse isso ontem e digo agora -, que **o PT**, que se vai reunir hoje ou amanhã, **deveria fazer** uma profunda reflexão no seu Partido. O PT **deveria entender** que, a esta altura, ele **tem que separar** o joio do trigo.

Para evitar a crítica direta ao PT e ao Presidente, o senador se utiliza da instauração de uma obrigação, ainda assim atenuada pelo uso do futuro do pretérito. Ao dizer “deveria fazer uma reflexão”, “deveria entender”, o Senador afirma, de maneira indireta e polida, que o PT não fez a reflexão e que o PT não entende.

A atenuação também é buscada pelas afirmações com verbos implicativos, como nos exemplos abaixo, enunciados respectivamente pela oposição (2) e pela base aliada (3):

- (2) Quem afirma que R\$15,00 é pouco **ignora** os efeitos redistributivos sobre a renda. (DO7)

- (3) Não podemos aumentar a dívida pública, porque a nossa taxa de juros **impede** o crescimento e a geração de empregos. (DA7)

Em (2), a negação implícita se dá pela interpretação de que “ignorar” os efeitos redistributivos sobre a renda é “não conhecer” esses efeitos. Em (3), a negação é expressa por meio de orações afirmativas com o verbo *impedir*, cujo sentido negativo pode ser parafraseado por “não permitir”. A afirmação de que a taxa de juros **não permite o crescimento e a geração de empregos** seria muito mais ameaçadora para a face do governo do que a sua contraparte implícita.

Observou-se, também, que, apesar de as estratégias de negação implícita serem as mesmas para ambas as bases, há diferenças contextuais nos seus usos. Veja-se, por exemplo, o que ocorre, na base aliada, em discursos cuja temática é salário-mínimo:

- (4) **Temos de** ter responsabilidade e austeridade fiscal, sem abdicar da prioridade, que é a inclusão social e a política de desenvolvimento. (DA7) (= não temos responsabilidade)

- (5) Eu **diria** que é **quase** uma obrigação dos parlamentares **buscar encontrar** caminhos para a recuperação do salário mínimo neste país. A meta de dobrar o salário mínimo não é um compromisso apenas deste governo. (DA7) (= os caminhos não existem)

Em (4), a instauração de uma necessidade deôntica com o verbo *ter de* aponta, simultaneamente, para a não existência do que é necessário, no caso, a responsabilidade. Em (5), o uso do verbo *dizer* na forma do pretérito imperfeito e do modificador “quase” diminuem o valor de verdade do enunciado, conferindo-lhe um tom mais polido e menos ameaçador.

Em ambos os casos, a força ilocucionária dos enunciados é afirmativa e, portanto, menor do que a que se manifestaria em enunciados explicitamente negativos. Assim, para manutenção da imagem do governo, é menos comprometedor usar essas duas formas do que enunciar as formas apresentadas nas afirmações “não temos responsabilidade e austeridade fiscal” e “eu digo que não temos os caminhos para a recuperação do salário mínimo neste país”.

A implicação da negação operada por modalizadores deônticos e atenuadores funcionou, no caso dos discursos da base aliada, para minimizar as falhas do governo que eles representam ou com o qual compactuam. No caso da oposição, as mesmas estratégias foram utilizadas para atenuar as possíveis implicações dos seus governantes na situação crítica atual.

A análise dos dados confirma que o uso da negação implícita propicia, de fato, a estratégia de descomprometimento do falante, bem como a atenuação da força ilocucionária dos enunciados implicitamente negados, reduzindo, dessa forma, a responsabilidade do falante sobre o que enuncia, assumindo, portanto, papel fundamental na construção da argumentação do texto político.

Referências Bibliográficas

- CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2003.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989
- FANTINATI, C. E. Sobre o discurso político. *Alfa*, v. 34, p. 1-10, 1990.
- FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- MORAIS, F. L. de. Negação implícita e força ilocucionária: relações semânticas e pragmáticas. (Relatório). PIBIC/CNPq, 2006. 42p.
- OLIVEIRA, T. P. de. *A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil*. Dissertação de mestrado. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP - São José do Rio Preto, 2004.
- PEZATTI, C. A manifestação da negação no discurso científico primário. (Relatório). PIBIC/CNPq, 2004. 23p.

Bolsa: CNPq/PIBIC